

PARTIDO VERDE DE NITERÓI

POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PLANO DE ESTRUTURAÇÃO E AÇÃO DA

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO NATURAL E MEIO AMBIENTE

FEVEREIRO 89

ÍNDICE

1- APRESENTAÇÃO

2- POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2.1- A SITUAÇÃO DA CIDADE

2.2- DIRETRIZES

2.3- OBJETIVOS

2.4- INSTRUMENTOS

3- LINHAS DE AÇÃO

3.1- MEDIDAS DE CARATER PRIORITÁRIO PARA CONTROLE AMBIENTAL

3.2- ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA

3.3- PLANO DE LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO AMBIENTAL

3.4- PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

4- ASPECTOS INSTITUCIONAIS

5- ORGANOGRAMA FUNCIONAL

6- ANEXOS

a- EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

b- LAY OUT DO ESPAÇO NECESSÁRIO PARA A SUPERINTENDÊNCIA

1- APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta de forma sucinta as propostas do Partido Verde para o funcionamento da Superintendência do Patrimônio Natural e Meio Ambiente e para o estabelecimento de uma Política Municipal de Meio Ambiente.

2.1- A SITUAÇÃO DA CIDADE

A qualidade de vida dos habitantes e do meio ambiente de Niterói sempre foram penalizadas por uma economia que é movida à revelia da idéia de bem estar social.

Diversas razões concorrem para este feito, entre elas podemos citar: a falta de uma política voltada para os centros de pequeno porte e áreas rurais, falta de entrosamento entre os diversos órgãos públicos encarregados da gestão territorial, concentração de receita tributária nas mãos da União, leis defasadas ou elaboradas com o intuito de privilegiar determinados setores, não alocação de recursos para orientação e fiscalização, tratamento uniforme dos problemas em áreas heterogêneas, etc. Isso leva a administração ineficiente, incapacidade ou falta de interesse em realizar um planejamento global, que tem como consequências mais agudas a falta de infra-estrutura, equipamentos urbanos e áreas livres que atendam a comunidade, principalmente aos de baixa renda.

Estes fatores tem pesadas consequências sobre a sociedade que se vê obrigada a arcar com todos os custos sócio-econômicos e ambientais, advindos de um planejamento que visa o desenvolvimento baseado em teorias econômicas conservadoras.

Até aqui o que determinava a ação e a inação do governo municipal era a expectativa de arrecadação que cada atividade oferecia. Tudo era por princípio bem vindo pois representava " progresso ". Este é ligado ao desenvolvimento que, no caso, significa crescimento econômico, medido em termos abstratos, em fluxo de dinheiro. " Progresso ", nestes termos, viria a ser a maximização da ocupação do meio ambiente, com consequente aumento da arrecadação municipal e do mercado que vive as custas da especulação. O simples jogo das forças de mercado

já se demonstrou completamente insensível aos impactos sociais e ambientais.

Hoje temos um quadro caótico no município, fruto de um governo fisiológico e inoperante que acaba de sair, deixando demandas sociais e ecológicas que requerem atendimento a curto prazo. O atendimento a esta demanda requer uma política municipal que busque efetivamente preservar os sistemas ecológicos / básicos ao bem estar e a sobrevivência da população.

Para isso é fundamental reconhecer a dimensão multisetorial dessa política e, portanto, a necessidade de sua articulação com ações governamentais nos setores econômico, socio-econômico, sócio-cultural e político.

2.2 - DIRETRIZES

As diretrizes listadas a seguir nortearão a política municipal do meio ambiente.

- Manutenção de sistemas ecológicos essenciais, assim consideradas as florestas nativas (particularmente as protetoras de mananciais e bacias) e sistemas costeiros e de água doce (manguezais, lagoas, restinga, rios e várzeas). A significação ecológica de tais sistemas deve informar e condicionar a análise de projetos de desenvolvimento com vistas a maximizar a relação benefício/ custo em termos ecológicos e sociais.

- Utilização não predatória dos Ecossistemas. A destruição, sem reposição da cobertura florestal e dos sistemas de drenagem natural e o empobrecimento de ecossistemas em áreas / onde são indispensáveis a proteção do solo e encostas, constituem grande ameaça ao bem estar das populações.

- Participação na elaboração de um Plano Diretor que oriente e regule a ocupação do meio ambiente enfocando um sentido / de justiça social e promovendo a conservação ambiental em benefício da sociedade e da natureza.

- Preservação da diversidade e riqueza do Patrimônio genético, representado pela variedade de espécies animais e vegetais e suas respectivas populações, buscando manter o equilíbrio ecológico e assegurar a possibilidade de opções futuras

- Defesa do Patrimônio Cultural e Natural. Conservação da fauna, flora, recursos minerais, monumentos naturais notáveis e os Patrimônios Arqueológico, Geológico e Paleontológico.

2.3- OBJETIVOS

A política municipal do meio ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria, conservação e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar condições ao desenvolvimento sócio-econômico e a proteção da dignidade da vida humana, atendendo aos seguintes princípios:

- a) ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico , considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.
- b) racionalização do uso do solo, subsolo, da água e do ar.
- c) planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
- d) proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.
- e) controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras.
- f) incentivo a aplicação de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais.
- g) recuperação de ambientes degradados.
- h) proteção de áreas ameaçadas de degradação.
- i) educação ambiental em todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

2.4- INSTRUMENTOS

Os Instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente serão conduzidos e aplicados de forma complementar e/ou conjunta com órgãos federais, estaduais e municipais, observando-se/suas competências e atribuições.

São os instrumentos:

- a) Zoneamento Ambiental
- b) Avaliação de impactos ambientais
- c) Criação do sistema de licenciamento de empreendimentos causadores de degradação ambiental
- d) Incentivo a instalação de equipamentos e a divulgação de tecnologias, voltadas para melhoria da qualidade ambiental
- e) Firmas e Empresas que exerçam atividades poluidoras farão contratos públicos de controle de poluição e restauração ambiental, fixando compromissos e prazos
- f) Fiscalização e monitoramento da qualidade ambiental
- g) Criação de unidades de conservação, estabelecendo planos de manejo para cada unidade
- h) Cadastro técnico Municipal de Atividades Poluidoras e de instrumentos jurídicos de defesa ambiental
- i) Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias a preservação ou correção da degradação ambiental
- j) a promoção, incentivo ou realização através de convênios de estudos ambientais
- l) a confecção de material educativo para educação ambiental.
- m) estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo dos recursos naturais.

3- LINHAS DE AÇÃO

A Superintendência de Patrimônio Natural e Meio Ambiente executará cinco linhas de ação complementares e interagentes , quais sejam:

- Medidas de caráter prioritário para controle ambiental;
- Estruturação funcional da Superintendência;
- Plano de levantamento e mapeamento ambiental;
- Plano de gerenciamento ambiental
- Plano de ação para educação ambiental informal

3.1- MEDIDAS DE CARÁTER PRIORITÁRIO PARA CONTROLE AMBIENTAL

Tendo em vista a caótica ocupação do solo urbano e a falta de monitoramento desta ocupação é fundamental a tomada das seguintes decisões:

- Sustar a entrada de novos pedidos de licenciamento para parcelamento do solo na área de expansão, tais como: loteamentos, condomínios ou desmatamentos.
- Tornar obrigatório a colocação de placa em local visível dos empreendimentos imobiliários de parcelamento de solo, contendo / os seguintes dados: número do processo, área loteada (m²), número de lotes, data do pedido de licenciamento e nome do empreendimento.
- Exigir, na forma da lei, a colocação de placa em local visível das construções uni e multifamiliares em andamento contendo os seguintes dados: número do processo, data do pedido de licenciamento, caracterização do uso, número de pavimentos-tipo, número de pavimentos de uso comum e ocupados por garagem.
- Compilação do estado atual dos licenciamentos pendentes ou em andamento, aprovados antes e após a Lei Municipal 659 de / 28.08.87.

- Levantamento de todas as áreas de mineração do Município, que permita uma ação enérgica de controle sobre tais atividades, parализando até a devida regularização as que não obedecerem a legislação federal, estadual e municipal em vigor, além de obrigá-las a atender a constituição que dispõe sobre a reposição da cobertura florestal

3.2- ESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA

As ações descritas a seguir são de caráter estrutural, visando permitir o funcionamento da Superintendência de Patrimônio Natural e Meio Ambiente e atender demandas emergenciais. São elas:

- Redimensionamento, reorganização e elaboração de regimento da Superintendência de Patrimônio Natural e Meio Ambiente
- Extinção do atual CONDEMA, com a criação de um novo que atenda efetivamente as necessidades do município
- Realizar contatos com o Batalhão de Polícia Florestal buscando alocar uma unidade no prédio da prefeitura do 2º distrito
- Estruturar um sistema de fiscalização ambiental, analisando a legislação pertinente para definição de competências e atribuições
- Efetuar a compilação da legislação ambiental federal, estadual e municipal, definindo a amplitude e a natureza das responsabilidades pela aplicação e fiscalização da lei e implementando/sua divulgação e aplicação imediata
- Elaboração de um projeto de lei que regulamente a Política Municipal de Meio Ambiente, discriminando seus objetivos e criando o Sistema Municipal de Meio Ambiente, O Sistema Municipal de Licenciamento e Empreendimentos, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e os mecanismos de formulação e aplicação em consonância com os ditames da legislação federal e estadual de Meio Ambiente.

- Incorporar a UMA AO Sistema Nacional de Meio Ambiente (SIS-NAMA) e ao Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente / (SISNIMA) da SEMA .
- Incorporar a UMA ao Sistema Ambiental Estadual
- Executar contatos com a SEMA visando estabelecer convênios dentro do " Programa Nacional de Apoio Institucional ao Sisnama" , que prevê o apoio técnico e financeiro a organização administrativa de órgãos municipais de meio ambiente.
- Elaborar instruções normativas para apresentação de projetos de parcelamento do solo, exploração minerais e industriais
- Obtenção de Mapas da Fundrem , Serviço Geográfico do Exército e Diretoria de Hidrografia Naval.
- Elaboração de fichas padrão para cadastro técnico de indústrias, atividades mineradoras e loteamentos.
- Avaliar a necessidade de criação de um fundo ambiental, discriminando as fontes de recursos.

3.3- PLANO DE LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO AMBIENTAL

Devido a ausência de informações ambientais disponíveis sobre Niterói, este plano será executado no intuito de :

- fornecer uma base de informações para execução de política Municipal de meio ambiente
- formar um banco de dados acessível a técnicos, pesquisadores e a população.
- Repassar parâmetros ecológicos que sejam incorporados a planificação de projetos de ordenamento territorial (Plano Diretor) .
- Difundir conhecimentos para campanhas de educação ambiental.

O plano será composto de vários programas específicos a cada tema a ser inventariado, sendo necessário a execução de convênios com entidades científicas ou outras secretarias de âmbito municipal.

Basicamente, as informações serão obtidas da seguinte maneira:

- Obtenção de imagens de satélite LANDAT ou similar.
- Levantamento de dados secundários abordando publicações científicas, livros, relatórios, documentos, teses e monografias sobre os diversos aspectos do município ou de regiões próximas cujos dados possam ser extrapolados.
- Levantamento de recursos visuais disponíveis (mapas, cartas, fotografias aéreas, etc.)
- Trabalhos de campo para atualização, complementação ou geração de dados através de convênios ou incentivo a estudos.

Os produtos serão apresentados na forma de relatórios com diagramas, gráficos, tabelas e mapas temáticos.

Integram o Plano de Levantamento e Mapeamento Ambiental, programas abordando os seguintes temas:

- Cadastro de bens culturais
- Mapeamento de áreas de preservação permanente e não edificantes
- Cadastro de fontes poluidoras do ar, solo e água.
- Climatologia
- Geologia
- Geomorfologia
- Limnologia
- Solos
- Oceanologia
- Biologia

Cada programa será detalhado num plano de trabalho contendo objetivos, metodologia, produtos, bibliografia, cronograma, previsão de homens/hora , custos e equipamentos e materiais de consumo, além de identificar-se a instituição executora e a financiadora dos estudos.

O escopo de estudos por tema será descrito a seguir:

a) CLIMATOLOGIA E POLUIÇÃO AÉREA

a.1) Elementos Climáticos

- _ Temperatura - média mensal e semanal
- Precipitação- " " "
- Umidade relativa - média mensal e semanal
- Evapotranspiração- " " "
- Pressão- " " "
- Insolação solar- " " "

a.2) Caracterização do clima segundo as classificações de Köppen e Thornsthaite.

a.3) Investigações sobre a existência de "ilhas de calor".

a.4) Inventário das fontes de poluição, analisando-se a composição e a quantidade de gases e partículas emitidas.

a.5) Mapas Temáticos

- Zoneamento de Bacias Aéreas
- Zonas críticas de poluição aérea
- Mesoclimas do município (36 mapas)
 - . 12 com isoietas (100 mm) um para cada mês
 - . 12 com isotermas (0,5 c) um para cada mês
 - . 12 com isohiças (5%) um para cada mês

b) LIMNOLOGIA (Rios e água subterrânea)

b.1) RIOS

- _ Delimitação de bacias hidrográficas
- Área de drenagem de cada bacia (por planimetria)
- Perfil longitudinal e extensão dos rios principais
- Vazão média mensal (ciclo hidrológico)
- Vazão máxima e mínima diária
- Nível máximo e mínimo das enchentes e vazantes

- Leito maior sazonal medido horizontalmente
- Observação da variação sazonal de parâmetros limnológicos e sanitários (físico-químicos)
- análise limnológica e sanitária de comunidades:
 - . Fito e Zooplancton
 - . Bencton
 - . Microorganismos (bactérias, fungos e protozoários)
 - . Macrófitas aquáticas.
- Transporte de sedimentos (volume, composição e análise de assoreamento)
- Identificação de agentes patogênicos e substâncias químicas prejudiciais a saúde.
- Mananciais e fontes

b.2) MAPAS TEMÁTICOS

- Bacias hidrográficas e sub-bacias
- Rios e vegetação justafluvial, assinalando-se os trechos críticos de poluição e modificação marginal e assoreamento.
- Localização de fontes de poluição hídrica

b.3) ÁGUA SUBTERRÂNEA

- Bacias
- Vazão de poços
- Parâmetros limnológicos e sanitários

b.4) MAPAS TEMÁTICOS

- Bacias
- Locais críticos de poluição

c) LIMNOLOGIA (Lagoas)

c.1) Elementos hidrobiológicos

- Delimitação da orla original e atual (na cheia e na vazante)
- Perda de espelho d'água (m²)
- Batimetria
- Direção de correntes
- Assoreamento (extensão, volume, composição)
- Bacias hidrográficas contribuintes
- Parâmetros limnológicos e sanitários (químicos, físicos e biológicos)
- História Geomorfológica (com ilustrações)

c.2) Mapas temáticos

- Orla original e atual
- Lagoas e bacias hidrográficas contribuintes
- Batimetria

d) SOLOS

d.1) Elementos pedológicos

_ Descrição edafológica e pedológica das classes e unidades de solo

- Caracterização das erosões por bacia hidrográfica
- Análise de solos propícios a assentamentos e a produção de alimentos (micro-propriedades)

d.2) Mapas temáticos

- Unidades de solos
- Locais de erosão
- Solos propícios a receberem assentamentos
- Capacidade do solo (segundo classificação da EMBRAPA)

e) GEOLOGIA

e.1) Elementos geológicos

- Descrição da geologia regional
- Caracterização das unidades geológicas (inclusive com cronologia)
- Análise de áreas de instabilidade
- Ocorrência e exploração mineral

c.2) Mapas temáticos

- Série, grupos e formações (distribuição)
- Litologia (distribuição)
- Locais de exploração mineral (pedido de lavra, em atividade e fora de uso)

f) GEOMORFOLOGIA

f.1)

- Descrição da geomorfologia regional com uma avaliação dos problemas de erosão, assoreamento, ravinamento e estabilidade de encosta.
- Caracterização das unidades geomorfológicas
- História da formação do relevo.

f.2) Mapas temáticos

Unidades geomorfológicas (distribuição)

- Hipsométrico, assinalando-se as seguintes categorias:

<u>relevo</u>	<u>declividade</u>	<u>categoria</u>
Plano	0-2,5	A
Suave ondulado	2,5-5	B
Ondulado	5- 12	C
Forte ondulado	12-25	D
Montanhoso	25-55	E
Escarpado	55-100	F

- Encostas em situação crítica ou potencialmente críticas
- Topografia (curvas de nível c/ espaçamento de 1 metro)

g) OCEANOLOGIA (Praias de mar aberto e da baía de Guanabara)

g.1) Elementos oceanológicos

- Litoral (extensão, caracterização geológica e geomorfológica).
- Vaçãs e ressacas (zonas de arrebentação e dinâmica costeira - abrasão e acumulação.
- Marés: - média mensal de altura da preamar
 - média mensal de altura da baixamar
- Correntes (direção e velocidade)
- Faciologia dos sedimentos marinhos
- Batimetria litorânea
- Qualidade da água nas praias

g.2) Mapas temáticos

- Batimetria litorânea
- Faciologia dos sedimentos litorâneos
- Correntes litorâneas
- Praias, com locação de pontos de chegada de esgoto.

h) BIOLOGIA

h.1) Botânica

h.1.1. Flora e vegetação terrestre

- Coleta de material florístico em reservas e áreas de proteção , parques, praças, cemitérios, clubes, escolas, jardins residenciais vias urbanizadas, indústrias, áreas de uso público, agrupamentos / de espaços arborizados, montanhas, etc.
- Identificação taxonômica
- Análises botânicas, ecológicas, fitogeográficas e fitosanitárias das espécies e indivíduos
- Elaboração de diagramas de perfil

- Mapeamento dos tipos de vegetação (área de cada tipo)
- Cadastro de espécies de importância medicinal, científica, ornamental, paisagística, cultural, etc.

h.1.2 - Mapas temáticos

- Tipos de vegetação
- Áreas passíveis de preservação por conterem remanescentes florísticos originais
- Áreas sugeridas para preservação.

h.1.3- Ficoflora marinha

- Identificação das espécies de algas marinhas ocorrentes no município.

h.2) ZOOLOGIA

h.2.1. Fauna

- Levantamento taxonômico da fauna terrestre, lacustre, de água doce e marinha com ocorrência comprovada ou possível dos seguintes grupos:

- . artrópodes (de interesse médico)
- . moluscos (bivaldes, cefalópodes e gastrópodes)
- . crustáceos (cirripédios e malacostráceos)
- . peixes
- . anfíbios
- . répteis
- . mamíferos

- Considerações sobre distribuição espacial, ocorrência geográfica e sobre o habitat
- Análise de conteúdo estomacal de peixes
- Identificação de animais transmissores de zoonoses
- Cadastro das espécies de importância científica, médica, cultural e comercial.

i) Mapeamento de áreas de preservação permanente e não edificantes.

= Baseado na legislação federal, estadual e municipal, serão mapeadas as áreas de preservação permanente e não edificantes e também assinalados os terrenos da marinha. A legislação a ser seguida será:

- Decreto-lei nº 25 de 30/11/1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional

- Decreto-lei nº 3.438 de 17/07/1941

Dispõe sobre terrenos de marinha

- Decreto nº 49.974-A de 21/01/1961

Regulamenta o Código Nacional de Saúde

- Lei nº 3.924 de 26/07/1961

Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos

- Lei nº 4771, de 15/08/1965, com as complementações e alterações das leis 6535 de 15/06/78 e 7511, de 07/06/86

Institui o Código Florestal.

- Lei nº 6766 de 19/12/1979

Parcelamento de Solo urbano

- Decreto nº 86.176 de 06/07/1981

Criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico

- Decreto 88.351 de 01/07/1983

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e de Áreas de proteção ambiental

- Resolução CONAMA nº 04 de 18/08/1985

Dispõe sobre reservas ecológicas.

j) Cadastro de fontes poluidoras do ar, solo e água.

- Elaboração de um cadastro de fontes poluidoras nas seguintes áreas:

. lixo hospitalar

- . lixo industrial (insumos e rejeitos)
- . lixo doméstico (locais de deposição, ton. produzidas)
- . lixo comercial (postos de gasolina, etc)

k) Cadastro de bens culturais

- Inventário de monumentos que integram o patrimônio natural, paleontológico, arqueológico e paisagístico e sítios ecológicos de relevância cultural

1) Cadastro de Praças, parques e jardins.

3.4. PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL

O Plano de Gerenciamento Ambiental será executado através de diversos programas e atividades que detalharão as formas de implementação dos instrumentos previstos pela Política Municipal de Meio Ambiente, buscando atingir seus objetivos.

O Plano será aperfeiçoado paulatinamente com as informações oriundas do Plano de Levantamento e Mapeamento Ambiental.

O Gerenciamento será executado através dos seguintes campos:

- Planejamento Territorial
- Ecologia da Restauração e monitoramento ambiental
- Educação ambiental
- Implementação de um processo ordenado de avaliação, discussão e tomada de decisões, referente a questões ambientais, com setores da administração municipal e da comunidade por meio do Conselho Municipal do Meio Ambiente

Estes campos comportarão várias atividades descritas a seguir:

a) Planejamento territorial e Lei de Uso do Solo

= Participação da SMA na elaboração e execução do Plano Diretor e da confecção da Lei de Uso do Solo.

= Participação da UMA no Plano de Gerenciamento Costeiro (Lei nº 7661 de 16 de maio de 1988)

b) Ecologia da Restauração e Monitoramento Ambiental

= Participação da UMA no Projeto Lagoa Viva

= Elaboração do Programa de Conservação de Micro-Bacias hidrográficas, visando:

- . recuperação ambiental de rios e córregos
- . práticas de manejo e conservação de bacias hidrográficas , buscando a realização de dragagens, melhoria da qualidade da água , proteção de mananciais, reflorestamento das margens e encostas.
- . orientar construções de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- . disciplinar a ocupação nas bacias, principalmente no fundo e nas encostas dos vales.
- . classificar as águas dos rios segundo padrões estabelecidos pela Resolução nº 20 de 18.06.1986 do CONAMA.
- . produção de mudas e arborização e reflorestamento com espécies nativas.
- . manutenção e recuperação de praças
- . participação na recuperação de áreas degradadas e encostas
- . programa de arborização urbana
- . repovoamento da fauna nativa
- . criação de novas unidades de conservação e elaboração de planos de manejo.
- . implementação de um sistema de fiscalização ambiental, através do treino de fiscais, apoio do Batalhão Florestal da Polícia Militar e participação da população (Resolução CONAMA 03 de 16.03.88)
- . criação de um sistema municipal de licenciamento de empreendimentos, incluindo a confecção de Instruções Normativas para

elaboração de projetos de restauração e conservação ambiental, para fornecimento aos empreendedores.

- Monitoramento da qualidade do ar e água por meio de convênios.
- Elaboração do Programa de manejo e aproveitamento dos mexilhões do litoral fluminense.

c) Educação ambiental

- Promover o desenvolvimento e a difusão de metodologias, instrumentos e mecanismos de informação necessários a formação de uma consciência pública sobre questões ambientais.
- Implantação de programas de educação ambiental no ensino formal e programas de educação ambiental de apoio a participação comunitária conforme o plano de ação para educação ambiental.

d) Conselho Municipal de Meio Ambiente

- Formação do Conselho para:
 - . propor e acompanhar a política municipal de meio ambiente
 - . estabelecer diretrizes para defesa dos recursos e ecossistemas.
 - . propor normas e padrões de controle ambiental, etc.

3.5) PLANO DE AÇÃO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Um dos maiores danos contra o meio ambiente é a crescente desinformação e a falta de consciência do homem em relação à degradação de sua qualidade de vida.:

O País vem perdendo suas áreas verdes gradativamente, ocasionando sérios desequilíbrios ao ambiente. Nas áreas urbanas, a ausência de uma política ambiental efetiva, a falta de um planejamento para uso e ocupação do solo, a poluição sob diferentes / aspectos e efeitos, são alguns dos fatores que vêm progressiva-

mente agravando a qualidade de vida das populações.

A preservação ambiental, porém, não deve ficar restrita apenas aos órgãos governamentais, mas se estender a toda população. É fundamental a compreensão dos grupos sociais acerca de seu ambiente, por isso a importância de um trabalho em que o indivíduo sintasse sujeito ativo deste processo.

O acesso à informação, honesta, crítica e objetiva, constituiu-se no passo inicial necessário para se resgatar o processo de conscientização e de estímulo à organização da sociedade/em prol de um meio ambiente saudável.

A proposta da Superintendência de Patrimônio Natural e Meio Ambiente é de se traçar um plano de ação para Educação Ambiental tanto a nível formal quanto informal combinando esforços das Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Bem estar social, Saúde, Esporte e Lazer etc. e através de convênios com instituições governamentais e não governamentais que desenvolvam programas de apoio à Educação ambiental.

Diretrizes de ação conjunta

- junto à Secretaria de Educação pretende-se implantar programas de Educação ambiental na rede municipal de Ensino público / com estrutura curricular, programas, conteúdos, métodos pedagógicos, formação de professores etc. Ressaltando a interdisciplinaridade, participação dos alunos e sua determinação para ação e solução dos problemas ambientais.

- junto às demais secretarias (já acima) pretende-se realizar trabalhos junto às comunidades (rurais e urbanas) como por exemplo: sindicatos, pescadores etc. , objetivando a conscientização, mobilização e atuação frente às questões ambientais.

- Para implementação de um programa de Educação Ambiental objetivamos a elaboração de material didático tais como: cartilhas, material audio-visual, cartazes, panfletos etc.

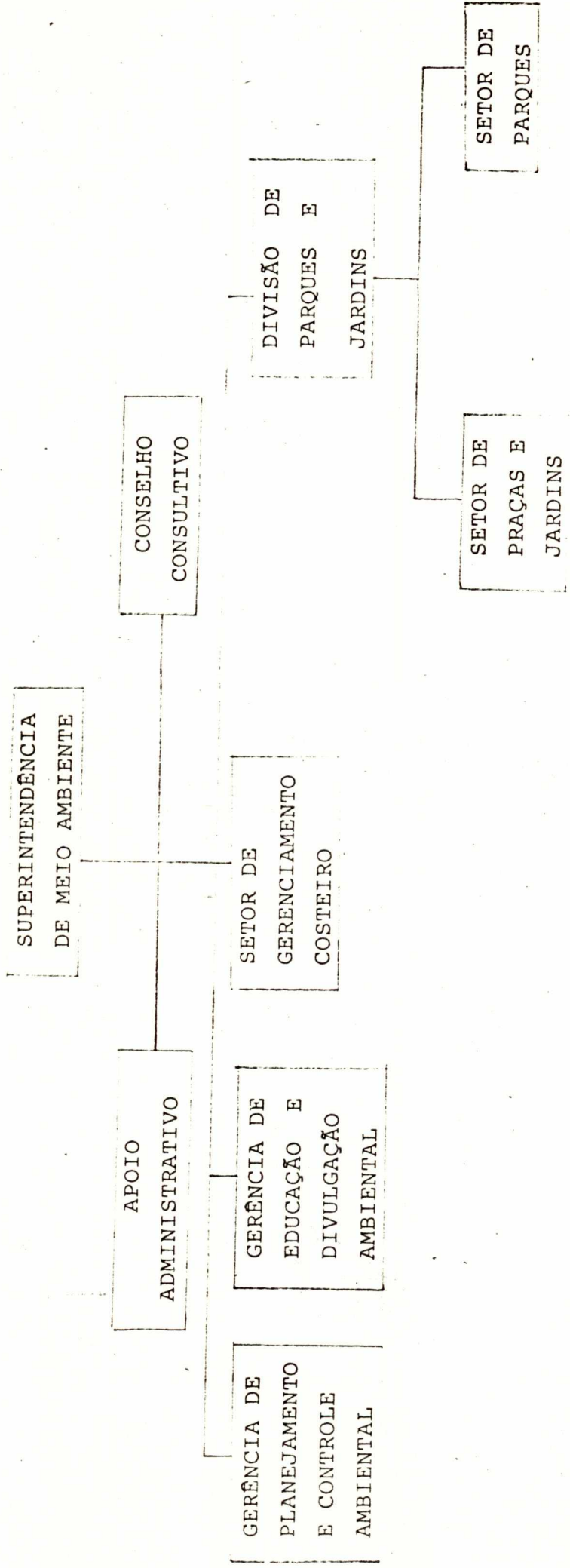
4) ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Serão feitas gestões junto a Universidade Federal Fluminense para a celebração de convênios para execução da maioria / dos trabalhos. Além da Universidade, serão realizadas consultas com as seguintes instituições, visando a obtenção de dados e/ou prestação de serviços :

- SEMA- Secretaria Especial de Meio Ambiente
- SUDEPE - Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- SGE - Serviço Geográfico do Exército
- CNPq- Conselho Nacional de Pesquisas
- FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos
- RADAM BRASIL
- JARDIM Botânico do Rio de Janeiro
- CIRM- Comissão Interministerial para recursos do mar
- SPHAM- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- FEEMA_ Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
- IEF- Instituto Estadual de Florestas
- SERLA- Superintendência Estadual de Rio e Lagoas
- DNPM- Departamento Nacional de Produção Mineral
- DRM- Departamento de Recursos Minerais
- FGV- Fundação Getúlio Vargas
- FUNDREM- Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana
- INEPAC- Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural
- DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
- IUPERJ- Instituto Universitário de Pesquisa do Est. do Rio de Janeiro
- IHG - Instituto Histórico e Geográfico
- CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental
- CEDAE- Companhia Estadual de Agua e Esgoto
- CERJ- Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro

- CERJ- Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro
 - IBAM- Instituto Brasileiro de Administração Municipal
 - Secretaria de Planejamento do Município de São Paulo
 - CETESB - Companhia Tecnologia e Saneamento do Estado de São Paulo
-
- U.S. Fish and Wildlife Service
 - PESAGRO - Pesquisa agropecuária
 - IBASE _ Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas
 - ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
 - Universidades (UERJ, UFRRJ, USU, Faculdades Maria Teresa etc.)
 - FBCN/ GEA - Fundação Brasileira p/ Conservação da Natureza/Grupo de Educação Ambiental.

5 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL



6- EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

- 6 mesas
- 12 cadeiras
- Armário com chave
- Arquivo de aço com pasta suspensa
- Cabides para mapas
- Fichário
- Máquina de escrever elétrica
- 1 prancheta
- Material de desenho
- 1 telefone
- Micro-computador TK-3000 ou similar com impressora,
disc-drive e tela de vídeo
- Painel de cortiça para avisos, informações de congressos, etc.